

O TRABALHO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: TRANSFORMAR-SE PARA TRANSFORMAR

Lúcia de Fátima Araújo Souto Badú
Érika Rodrigues Dias
Jâmison Alves Teixeira
Luiz Alexandre de Lima

RESUMO

Este relato descreve as experiências vivenciadas durante a realização do projeto de extensão “Trabalho com pessoas com deficiência visual: transformar-se para transformar”, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – *Campus Monteiro*, no ano de 2016. O objetivo geral do projeto foi contribuir para o efetivo processo de inclusão das pessoas com deficiência visual (cegos e baixa visão), bem como para o acesso a recursos metodológicos por parte de profissionais da educação básica II e III. Para tanto, analisamos artigos baseados em experiências exitosas com tal público e, paralelamente, realizamos um curso básico de braille direcionado a pessoas com a especificidade enfocada, bem como a pessoas interessadas no assunto. Como principais resultados, conseguimos o envolvimento de estudantes e de profissionais de diferentes áreas nas discussões e no curso ofertado, além da produção de material disponibilizado na instituição.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência visual. Inclusão Social. Curso de Braille.

1 INTRODUÇÃO

No nosso dia a dia, é natural o convívio com a diversidade, visto que, por várias razões, todos nós somos diferentes uns dos outros. Entretanto, e paradoxalmente, conviver com pessoas com alguma limitação física, intelectual ou sensorial (diferenças visíveis) parece ser complicado para muitas pessoas.

A sociedade, de um modo geral, exclui essas pessoas, ao considerá-las como “incapacitadas” para o trabalho e para uma vida pessoal autônoma a ponto de “condená-las a uma redoma social”.

Por sua vez, bem como as políticas públicas ligadas à educação, norteadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificada no Brasil em 2008, direcionam a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares da educação básica.

Segundo a LDB, em seu artigo 58, “entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). Ainda de acordo com a lei citada, os sistemas de ensino devem promover a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) em escolas regulares, ao garantir não só o acesso, mas também a participação e a aprendizagem desses estudantes, além dos serviços da educação especial.

Entretanto, há um grande hiato entre o que diz a lei e as reais condições de implementá-las. A escola, que oficialmente é considerado um espaço de transformação social, tem resistido às mudanças e parece elevar seus muros no sentido de praticar verdadeiramente a inserção, integração e, sobretudo, a inclusão das pessoas com deficiência. Os ambientes em sua maioria são inadequados, professores sem formação continuada em tal sentido, ausência ou insuficiência de profissionais de apoio, falta de inter-relações efetivas entre profissionais e/ou órgãos competentes (professores, pedagogos, psicopedagogos, ledores, transcritores, cuidadores; secretarias) são alguns fatores responsáveis por tal resistência.

No IFPB – *Campus Monteiro*, identificamos alunos com dificuldades de locomoção, intelectual, surdo, cegos e com baixa visão. A exemplo, na turma do segundo ano do Curso Técnico Integrado em Instrumento Musical, há três alunos cegos e um com baixa visão. Por sua vez, encontramos profissionais da educação com boa vontade, mas, muitas vezes, angustiados devido a entraves em metodologias específicas.

Constata-se também que essa realidade perceptível nesse Instituto não difere da realidade da cidade, detectada em conversas e relatos entre profissionais da educação em situações formais e informais.

Por isso, propôs-se, atrelado ao Núcleo de Apoio a Efetivas Práticas Inclusivas (NAEPI), um projeto buscando reduzir esse hiato, ao contribuir para o processo de inserção, integração e, sobretudo, inclusão de pessoas com deficiência visual. Afinal, como afirma

Beyer (2005), é a aproximação entre teoria e prática que pode qualificar a educação de qualquer grupo de alunos. O resultado deu origem a esse relato, cujo objetivo é apresentar as experiências vivenciadas durante o projeto, desenvolvido no IFPB Campus Monteiro, contemplando a comunidade interna e externa da instituição, de modo a promover a necessária inter-relação entre discentes e profissionais de diferentes áreas (docentes, psicopedagogos, transcritor de braile, dentre outros), com ou sem a especificidade escolhida para o trabalho.

2 O LOCAL E A EQUIPE PARTICIPANTE

As atividades foram desenvolvidas no IFPB – *Campus* Monteiro, localizado à Rodovia PB 264, S/N, Vila Santa Maria, na cidade de Monteiro. No período do projeto a instituição contava com dois cursos técnicos integrados ao ensino médio: Manutenção e Suporte em Informática e Instrumento Musical, um na modalidade subsequente Manutenção e Suporte em Informática e dois superiores Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Construção de Edifícios. Seus servidores têm se preocupado em desenvolver projetos que beneficiem tanto a comunidade interna, como à comunidade externa ao campus.

Quanto aos participantes, desse projeto observou-se uma grande adesão ao projeto. No *campus*, as primeiras pessoas que se entusiasmaram com a proposta foram a assistente de alunos, Érika Rodrigues Dias, coautora deste relato, a professora Iracira José da Costa Ribeiro, sempre com suas intervenções lúcidas, e o discente Luiz Alexandre de Lima, PcD visual, elo entre a instituição e a Secretaria de Educação do Município, e, mais tarde, monitor do curso de braile. Em seguida, houve o envolvimento de seis professores de diferentes áreas; servidores efetivos (assistente de aluno, pedagogo, coordenadora do Núcleo de Assistência Psicossocial Educacional (NAPNE) e revisora de textos em braile); servidores terceirizados (transcritor de braile, psicopedagoga, ledora e três cuidadores) e três discentes cegos, do 2º ano do Integrado em Instrumento Musical. Posteriormente, quando da realização do curso básico de Braille, mais quatro alunos do médio e do superior abraçaram a causa.

Quanto à comunidade externa, de imediato, a Secretaria de Educação do Município, através, da coordenadora do NAPSE e de um professor de braile aderiram ao projeto. Para o curso de braile, 46 pessoas se inscreveram das quais foram selecionadas 25 por ordem de inscrição, participaram, compondo um público diversificado (estudantes do ensino básico,

bem como de Pedagogia e Letras, enfermeiros, professores da rede estadual, publicitário, assistente social, com e sem deficiência visual), todos interessados em vivenciar efetivamente o processo de integração e inclusão, ou seja, transformar-se para transformar.

3 AS ETAPAS DESENVOLVIDAS

Após reflexões feitas a partir de discussões em conversas informais entre alguns membros da equipe integrantes do NAEPI, foi finalizado o processo de escritura do projeto. Ele foi protocolado no mês de maio, e, posteriormente, submetido ao Edital nº 014/2016 – PROBEXC REMANESCENTE, sendo executado, oficialmente, de 04 de julho a 04 de dezembro de 2016. A partir daí algumas etapas foram seguidas:

3.1 Mapeamento de PcD visual (cegos e baixa visão)

Nessa etapa, além do levantamento dos discentes e servidores cegos e com baixa visão do campus, houve uma reunião com a secretária de educação, bem como com a coordenadora do NAPSE do município para conhecimento da realidade local do trabalho com pessoas com essa especificidade e detalhamento do projeto.

3.2 Criação e manutenção do grupo de estudos

Para a implementação do grupo de estudos, além da reunião com os representantes da Secretaria de Educação do Município, foram realizadas quatro reuniões para a apresentação da proposta e conquista de adeptos: a primeira, com alunos com deficiência visual (cegos e baixa visão) do campus; a segunda, com alguns membros do NAPNE, dentre os quais a psicopedagoga e os cuidadores; a terceira, com os coordenadores do NAPNE e finalmente, com o transcritor e a revisora de textos em braile. Em todas as reuniões, observou-se muita receptividade diante da proposta apresentada.

Na primeira reunião do grupo, foi definida a dinâmica do grupo: diretrizes, cronograma das reuniões. Na ocasião, o professor Fábio Sampaio dos Santos Câmara, apresentou duas mídias por ele criadas para facilitar a comunicação entre os integrantes, um *e-mail* e um grupo no *facebook*, o que foi elogiado pelos presentes. Além disso, considerando um número de adeptos para o grupo (15 pessoas), decidiu-se pela criação de três subgrupos (um com professores do *campus*, um com servidores do NAPNE e outro com servidores da rede municipal), os quais se responsabilizariam em estudar artigos teórico-metodológicos que

contemplassem diferentes áreas do conhecimento, analisassem as vantagens e/ou dificuldades de aplicação considerando a realidade do público local, e que material seria produzido a partir do estudo feito (com adaptações necessárias). Para a divisão, considerou-se a facilidade dos encontros entre os membros. O quadro ficou da seguinte forma:

Subgrupos	Nº de integrantes	Disciplinas alvo do estudo
NAPSE/SEDUC	03	Português; Matemática; Ciências/Biologia
NAPNE /IFPB	06	Física; Química; Arte
PROFESSORES IFPB	07	Filosofia; Sociologia; Geografia; História; Língua Estrangeira; Ed. Física e Informática.

Figura 1 - Quadro representativo dos subgrupos para estudo de material teórico-metodológico. Fonte: autores do projeto

Quinzenalmente, o grande grupo se reuniria para compartilhamento dos estudos realizados, bem como para proposta de material a ser produzido. Todos os encontros foram registrados em um espelho, cuja finalidade era montar um diário de atividades, de modo a criar uma memória da experiência.

3.4 Curso Básico de Braille

Simultaneamente à realização do grupo de estudos, houve por parte de alguns membros do projeto, o planejamento do curso básico de braille. Este ocorreu sob o Edital nº 043/2016 Direção Geral do *Campus* Monteiro, através da Coordenação de Extensão (COEXT), em parceria com o NAPNE, tendo duração de 40 h, de outubro a dezembro de 2016. A classificação ocorreu de acordo com a ordem da inscrição e a documentação comprobatória exigida. Houve 46 pessoas se inscreveram das quais foram selecionadas 25 por ordem de inscrição, contempladas para a vivência da experiência.

Para ministrar o curso, foi convidado o transcritor de textos em braille, Jâmison Alves Teixeira, que, prontamente, atendeu ao convite e conduziu o curso com uma metodologia eficaz e envolvente. Teve como monitor, o discente do 2º ano do Integrado em Instrumento Musical, Luiz Alexandre de Lima, que assessorou o ministrante com eficiência.

Os cursistas visitaram o NAPNE da instituição para conhecer o acervo de material disponível, dentre os quais livros e impressora braile, para apoiar um trabalho adequado com os PcD. Como atividade final, produziram e apresentaram, na última aula, material concreto a ser usado no processo de convivência com pessoas com deficiência visual. Além disso, foi aplicado um questionário de avaliação que servirá como termômetro para ações futuras.

A culminância do projeto ocorreu no dia 14 de dezembro do referido ano, com entrega dos certificados e uma proveitosa palestra ministrada pela professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e gestora do Instituto dos Cegos de Campina Grande, Adenize Queiroz de Farias. Na ocasião, o discente do 2º ano do Integrado em Instrumento Musical do IFPB, Cícero Maciel fechou o evento com participação musical ao violão.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Evidentemente, ao se planejar um projeto de tal natureza, que busque uma transformação efetiva não só no processo educacional, mas também social, pretende-se que os resultados sejam alcançados em sua plenitude. Entretanto, inicialmente, lidamos com possibilidades que podem atravessar percalços durante a realização. Assim, após a concretização das ações, é possível observar os seguintes resultados, considerando as etapas vivenciadas:

Quanto ao mapeamento dos discentes com deficiência visual (cegos e baixa visão), foram detectados três cegos e um baixa visão nos cursos integrado, e dois com baixa visão no curso superior de Tecnologia em Construção de Edifícios. Entretanto, de acordo com as informações recebidas pela coordenação do NAPSE, os alunos com tal especificidades que existiam nas escolas municipais estão hoje nas escolas estaduais, ou no próprio IFPB.

Com relação a segunda etapa, a criação e manutenção do grupo de estudos, foi observada, inicialmente, uma participação efetiva dos integrantes. Entretanto, à medida que o tempo foi passando, sob alegação de inúmeros entraves, como envolvimento em outros projetos, aumento no número de aulas, e outras questões, as reuniões ficaram espaçadas e alguns membros ficaram ausentes. No final, dos 16 membros, mantiveram-se 09 trabalhando efetivamente. Assim, tal problema limitou a variedade das disciplinas contempladas no estudo de artigos teórico-metodológicos que apresentassem experiências exitosas no trabalho com pessoas com deficiência visual. Nas referências bibliográficas, é apresentada parte do material

analisado. Contudo, não impossibilitou a produção de material concreto definido após as análises feitas, a exemplo do mapa abaixo.

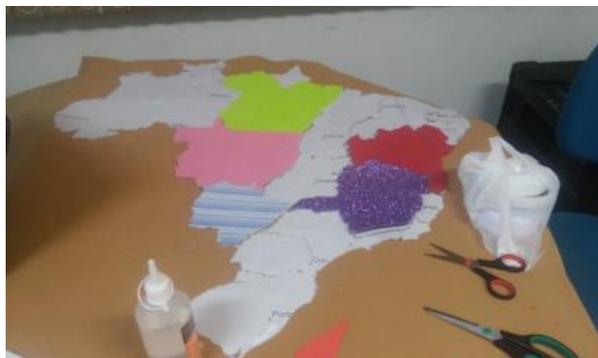


Figura 2 – Mapa tátil do Brasil em construção. Fonte: autores do projeto

Já no que diz respeito à etapa do Curso básico de braile, até o final, a participação foi contagiante, havendo apenas a desistência de duas pessoas. A metodologia aplicada possibilitou a apropriação natural do código braile, tanto no tocante à escrita, como à leitura. A visita ao NAPNE sanou a curiosidade de muitos cursistas que nunca tinham visto o material disponibilizado no campus. Por sua vez, a experiência de produzir material concreto animou mais ainda a turma, que se empenhou em garantir a qualidade do que foi produzido, como pode ser observado na pequena amostragem a seguir



Figura 3 – Parte do material produzido. Fonte: autores do projeto



Figura 4 – Parte do material produzido. Fonte: autores do projeto

É válido ressaltar que todo o material produzido está, no NAPNE, à disposição da comunidade acadêmica, tanto interna quanto externa ao campus. Por fim, os comentários registrados nas fichas de avaliação, cobrando a continuidade do projeto, a espontânea aquisição de kits braille (prancheta, reglete e punção), bem como a participação animada na palestra de encerramento (figura 5) comprovaram o envolvimento dos participantes e a certeza de que é possível promover uma efetiva transformação nos espaços educacionais e sociais. Retomando o pensamento de Beyer (2005), aproximar teoria e prática pode possibilitar qualidade da educação, independentemente das especificidades do grupo a ser trabalhado, quer sejam alunos videntes, cegos, surdos, com baixa visão, dentre outros.



Figura 5 – Parte da turma do curso de braille com a palestrante. Fonte: autores do projeto

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto atingiu substancialmente seus objetivos, uma vez que, através do grupo de estudos, conseguiu-se abranger profissionais da comunidade interna e externa; foram feitos estudos teórico-metodológicos a partir de artigos publicados na área, produzido material de apoio metodológico de várias áreas de conhecimento, além de outros que objetivam a integração e autonomia por parte das pessoas com deficiência. Além disso, através do curso Básico de Braille, destacaram-se a motivação e o engajamento de pessoas da comunidade (com e sem deficiência), profissionais de diferentes áreas, estudantes em, mais do que aprender o braile, integrar-se com as pessoas com deficiência visual e promover efetivamente a inclusão

Após toda a experiência vivenciada durante o desenvolvimento do projeto, percebe-se claramente que é possível encontrar meios para colocar em prática as políticas públicas ligadas à educação, norteadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificada no Brasil em 2008.

Entretanto, é válido ressaltar que o caminho é longo. Não basta implantar as leis. É fundamental proporcionar condições efetivas para essas leis sejam implementadas de modo a promover mudanças estruturais na escola e, por consequência, na sociedade.

É necessário deixar os espaços da teoria, avançar nas discussões saindo do ponto de considerar se a escola regular é ou não o espaço para PcD, cobrar das autoridades condições físicas estruturais, humanas. É fundamental parar de lamentar e passar a conjugar o verbo AGIR, fazendo acontecer. E isso exige mudanças de paradigmas, o desafio e a necessidade de se abrir a novas ideias, como defende Machado (2009)

Afinal, como afirma Camargo (2012, p. 15), a busca por uma didática inclusiva não é simples, deve superar os modelos pedagógicos tradicionais enfatizando o impacto de variáveis específicas na implantação de uma educação para todos.

Pelo resultado do projeto, percebe-se que, para muitos, vontade não falta. Ainda há muitas especificidades a serem trabalhadas. Ou seja, ainda há muito espaço para TRANSFORMAR-SE E TRANSFORMAR.

WORKING WITH PEOPLE WITH VISUAL DISABILITIES: TRANSFORMING TO TRANSFORM

ABSTRACT

This report describes the experiences lived during the realization of the extension project "Work with people with visual impairment: transforming to transform, developed at IFPB - Campus Monteiro, in the year 2016." The overall objective of the project was to contribute to the effective inclusion process of people with visual impairment (blind and low vision), as well as access to methodological resources by primary education professionals II and III. To do so, we analyze articles based on successful experiences with such a public and, in parallel, we carry out a basic braille course directed to people with focused specificity, as well as people interested in the subject. As main results, we got the involvement of students and professionals from different areas in the discussions and the course offered, as well as the production of material made available in the NAPNE room of said institution.

Keywords: Extension. PcD. Inclusion. IFPB Campus Monteiro.

REFERÊNCIAS

BEYER, H.O. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. v. 1, n. 1, p. 8-12, 2005.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 93.494. Brasília: Centro Gráfico, 1996. LDB (Lei nº 9.394/1996)

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares de Língua Portuguesa**, Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação** Brasília, DF: INEP, 2001.

CAMARGO. E. P. **Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência na aula de Física**. São Paulo: Unesp, 2012.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva**: políticas, paradigmas e e práticas. São Paulo: Cortez, 2009.